

# Desincompatibilização: um golpe contra os "cristãos novos"

Os secretários de governos estaduais e alguns de prefeituras de capitais e de grandes municípios poderão sofrer rude golpe nas suas pretensões eleitorais, nesta semana: o Congresso deverá aprovar e promulgar a emenda da convocação da Constituinte, com dispositivo fixando em nove meses o prazo de afastamento de ocupantes de funções executivas, se candidatos às eleições de 15 de novembro de 1986, para Câmara e Senado.

Apesar de essa norma constitucional alcançar também ministros sem mandato eletivo e dirigentes de empresas públicas, da administração direta e indireta, o alvo principal dos parlamentares de todos os partidos foi um só: os secretários estaduais sem tradição político-partidária, os "cristãos novos", que estariam pretendendo participar da Assembléia Constituinte.

Praticamente todos os secretários de governo estaduais são acusados por deputados e senadores de colocarem, desde já, a máquina administrativa a serviço da própria candidatura. Muita gente do Congresso pretendia fixar o prazo de desincompatibilização em 12 meses. Com isso, os secretários sem mandatos legislativo teriam de renunciar até o dia 14 de novembro deste ano. A medida, porém, poderia atingir os ministros de Sarney que não são detentores de mandatos legislativos, perturbando a administração federal por falta de tempo hábil para mudar o pri-



Pazzianotto

Lyra

meiro escalão. Depois de muitas gestões, a liderança do PMDB conseguiu apoio do PFL e do PDS para dosar os prazos de afastamento — seis meses para ministros e secretários com mandato legislativo, governadores e prefeitos; e nove meses para ministros e secretários sem mandato legislativo e diretores de empresas públicas, em todos os níveis.

Deputados e senadores de quase todos os Estados andam com listas nos bolsos, mostrando que nos seus respectivos Estados quais os secretários "cristão-novos" que pretendem concorrer às eleições para a Constituinte, em 15 de novembro do próximo ano. São dois, três, até quatro secretários dispostos a incluir no currículo a informação histórica — "Constituinte de 1987".

Para isso, porém, terão de deixar a "caneta" até 14 de fevereiro do próximo ano — nove meses antes do pleito.

A medida atingirá também nove ministros da Nova República,

sem mandato legislativo. Serão substituídos até 14 de fevereiro próximo: Aureliano Chaves, Antônio Carlos Magalhães, Roberto Gusmão, Renato Archer, Flávio Peixoto, José Hugo Castelo Branco, Ronaldo Costa Couto e Aloísio Alves.

Muitas autoridades com pretensões de concorrer às eleições para a Constituinte também terão de renunciar até 14 de fevereiro.

Do Ministério Sarney há ainda seis ministros licenciados no mandato legislativo, mas certamente com planos de integrar a Constituinte. Terão de deixar as respectivas pastas até 14 de maio — seis meses antes do pleito. São eles: Fernando Lyra (deputado federal), Afonso Camargo (senador), Carlos Santana (deputado federal), Pedro Simon (senador), Almir Pazzianotto (deputado estadual) e Paulo Lustosa (deputado federal). O ministro Marco Maciel (Educação), eleito senador em 1982, tem mandato até 31 de janeiro de 1990.

Se candidatos a governador — caso de Olavo Setúbal, por exemplo —, os ministros só terão de renunciar em 14 de junho — cinco meses antes do pleito —, como já dispõe a Constituição.

Resta saber se o presidente Sarney fará a reforma ministerial de uma só vez — até janeiro — ou em duas etapas, deixando para substituir os ministros parlamentares até maio.

Flamarion Mossri